

# CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

**SUSCITANTE: SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO**, Entidade Sindical Profissional, registrada no MTE sob nº 24440028285 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 56.355.282/0001-02, com sede na Alameda Dr. Oscar de Barros Serra Dória nº 5663, Centro, São José do Rio Preto - SP.

**SUSCITADO: SINDICATO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS DE RIBEIRÃO PRETO**, Entidade Sindical Econômica, com sede na Avenida Costabile Romano, 2572, Riberânia, CEP 14096-030, Ribeirão Preto SP, no Estado de São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.436.103/0001-12.

Entre as partes supra aludidas, fica estabelecida a presente Convenção Coletiva, que ora pactuam, nas seguintes cláusulas e condições:

## **Cláusula 1ª - Reajuste Salarial:**

Reajuste salarial no percentual total 5,05% (cinco virgula zero cinco por cento) pago de forma parcelada:

- **3,00% (três por cento)**, na competência **setembro de 2025**, aplicado sobre os salários de **31 de agosto de 2025**.
- **5,05% (cinco virgula zero cinco por cento)**, na competência **dezembro de 2025**, aplicado sobre os salários de **31 de agosto de 2025** (sem aplicação retroativa e sem sobreposição de índice).

**Parágrafo Primeiro** - Serão compensadas todas as antecipações legais, convencionais ou espontâneas concedidas no período revisando anterior, conforme a Instrução Normativa nº 1 do C. TST.

**Parágrafo Segundo:** Eventuais diferenças salariais oriundas da norma coletiva pagas, na forma de abono indenizatório, sem qualquer tipo de multa ou acréscimo, em 2 (duas) parcelas, por ocasião do pagamento dos salários de novembro e dezembro de 2025.

**Parágrafo Terceiro:** No caso dos médicos celetistas contratados em regime de plantão (pagamento por plantão realizado), fica estabelecido o reajuste de 5,05% (cinco virgula zero cinco por cento), a partir de setembro de 2025, sobre o valor pago pelo plantão em agosto de 2025”

#### **Cláusula 2ª - Piso Salarial:**

Ficam estabelecidos os seguintes pisos salariais:

<b>Categorias de empregados</b>	<b>À partir de Setembro de 2025</b>	<b>À partir de Dezembro de 2025</b>
Por mês, para jornada de 12 (doze) horas semanais	R\$ 2.971,00	R\$ 3.030,00
Por mês, para uma jornada de 24 (vinte e quatro) horas semanais	R\$ 5.943,00	R\$ 6.061,00

**Parágrafo Primeiro** - É permitida a contratação de jornada inferior ou superior, ou em regime de plantão de 12 ou 24 horas, com pagamento de salário proporcional ao número de horas contratadas, através de contrato escrito, firmado entre o médico e a empresa.

**Parágrafo Segundo** - Obriga-se à empresa, na ocorrência das exceções previstas no parágrafo primeiro supra, a fornecer cópia do contrato ao médico, mediante protocolo, sob pena das horas excedentes serem consideradas como jornada extraordinária.

**Parágrafo Terceiro** - Fica estabelecido, a fim de que não incorra em “bis is indem”, que sobre o piso salarial ora estabelecimento não haverá a incidência do percentual de reajuste da Cláusula Primeira, haja vista que os valores já foram corrigidos quando da fixação do novo Piso.

**Parágrafo Quarto** - Eventuais diferenças salariais oriundas da norma coletiva pagas, na forma de abono indenizatório, sem qualquer tipo de multa ou acréscimo, em 2 (duas) parcelas, por ocasião do pagamento dos salários de novembro e dezembro de 2025.

**Cláusula 3ª - Acomodações Condignas:**

Fica estabelecido que a entidade empregadora deverá fornecer acomodações condignas de higiene, saúde e de descanso aos médicos, sempre que a jornada de trabalho for de 12 ou 24 horas consecutivas.

**Clausula 4ª – Adicional de Insalubridade:**

Consoante disposto no artigo 7º, XXVI, da Constituição Federal, fica assegurada a concessão do adicional de insalubridade aos empregados em exercício de trabalho em condições insalubres representados pelo Sindicato Suscitante, desde que constatados por laudo pericial técnico e nos termos da legislação vigente, com base no Salário Mínimo Nacional vigente.

**Cláusula 5ª - Adicional Noturno:**

Fica estabelecido que o adicional incidente sobre as horas noturnas trabalhadas, assim compreendidos nos horários de 22:00 às 07:00 horas, será na base de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor correspondente ao da hora normal.

**Cláusula 6ª - Atestados Médicos:**

Os empregadores deverão aceitar os atestados médicos e odontológicos preenchidos pelos facultativos, de acordo com a Lei.

**Cláusula 7ª - Aviso Prévio:**

Fica estabelecido que, em caso de dispensa sem justa causa, ficam os empregadores obrigados a conceder o aviso prévio de 45 (quarenta e cinco) dias, para os empregados com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade, e que contem com mais de 5 (cinco) anos de serviço à empresa.

**Parágrafo único:** Aplicar-se-á a Nova Lei do Aviso Prévio, Lei nº 12.506/2011, quando mais benéfica ao trabalhador, não se cumulando com o benefício aludido no *caput* da presente cláusula.

**Cláusula 8ª - CIPA:**

As empresas que se enquadrarem na norma legal prevista no artigo 163 da CLT, relativo à CIPA, darão cumprimento à mesma, instalando a aludida comissão na forma da Legislação própria.

**Cláusula 9ª - Comissões Científicas:**

Fica assegurada a continuidade das Comissões Científicas de Médicos nas empresas em que já existirem, bem como, o direito de sua criação nas empresas que não existirem, desde que obedecido o regulamento interno em vigor quando de sua criação, e que não resultem em ônus para as entidades.

**Cláusula 10ª - Comprovante de Pagamento:**

Fica estabelecido que o pagamento do salário será feito mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e do qual constarão a remuneração, com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, os dias trabalhados ou o total da Produção, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para a Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS.

**Cláusula 11ª - Contribuição Assistencial:**

As empresas descontarão de seus empregados, considerados os salários já reajustados, contribuição assistencial de acordo com critérios e percentuais aprovados em Assembleia dos Trabalhadores, devidamente convocada nos termos do parágrafo único, do artigo 13º do Estatuto, cujas deliberações serão imediatamente comunicadas às empresas.

- a) O recolhimento será feito através de guia emitida pelo sindicato profissional;

- b) As empresas farão o recolhimento dos valores descontados em favor do sindicato, até 10 (dez) dias após o desconto, remetendo cópia da guia quitada e a relação nominal dos contribuintes, especificando os respectivos salários e contribuições individualizadas;
- c) Os empregadores descontarão dos empregados a contribuição assistencial autorizada pela Assembleia dos integrantes da categoria aqui representada equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado.
- d) A contribuição assistencial é devida independentemente da sindicalização do empregado, na forma deliberada em Assembléia pelos trabalhadores, órgão máximo de deliberação sindical, onde inclusive foram autorizados os descontos na folha de pagamento, ficando garantido o direito de oposição para o qual a publicidade é de responsabilidade do Sindicato.
- e) Fica garantido aos empregados o direito de oposição no prazo de 15 (quinze) dias uteis após a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, de acordo com a autorização do STF em 2023 para o desconto compulsório da contribuição assistencial.
- f) O direito de oposição deverá ser exercido pessoalmente na Sede do Sindicato dos Médicos de São José do Rio Preto e Região (Alameda Dr. Oscar de Barros Serra Dória nº5663, São Manoel, São José do Rio Preto - SP.), apresentando documento de identificação com foto. Os dados serão utilizados apenas para controle interno do Sindicato Profissional.
- g) O empregado que exercer o direito de oposição deve encaminhar o protocolo emitido pelo Sindicato Profissional ao departamento de pessoal da empresa, observando o prazo e os critérios estabelecidos nesta cláusula.
- h) Fica garantido o envio da Carta de Oposição por A.R. para os trabalhadores das cidades não abrangidas pela sede do sindicato, cabendo ao trabalhador apresentar o protocolo da oposição ao hospital/empregador, antes do prazo estipulado para o desconto.

Nos casos de envio por A.R. servirá como comprovante de protocolo da oposição o comprovante de postagem do A.R. com data de postagem dentro do período de oposição.

**Cláusula 12ª - Data Base:**

A data base da categoria, para fins de negociação será 1º de setembro.

**Cláusula 13ª - Dispensa Às Vésperas da Aposentadoria:**

Fica estabelecido a garantia de emprego e salário aos empregados que estejam a menos de 12 (doze) meses do direito de aposentadoria por tempo de serviço, em seus prazos mínimos, sendo que adquirido o direito, cessa a estabilidade.

Para empregados com mais de 5 (cinco) anos na mesma empresa, a estabilidade, também nos prazos mínimos, será de 18 (dezoito) meses, sendo que adquirido o direito à aposentadoria por tempo de serviço, extingue-se a estabilidade.

**Parágrafo único:** os médicos deverão notificar a empresa por escrito de que possuem tal condição, no ato da aquisição do direito, devendo comprovar o alegado em noventa dias.

**Cláusula 14ª - Empregado Admitido na Função de Outro:**

Fica estabelecido que será garantido ao empregado admitido para a função de outro, dispensado sem justa causa, igual salário do substituído, com exceção das vantagens pessoais do dispensado substituído.

**Cláusula 15ª - Estabilidade para Acidente de Trabalho:**

Fica assegurada aos médicos que forem vitimados por acidente do trabalho, estabilidade em conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.213/91.

**Cláusula 16ª - Estabilidade Maternidade:**

Fica assegurada à médica gestante estabilidade provisória, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.

**Cláusula 17ª - Horas Extras:**

As horas extraordinárias, assim entendidas aquelas trabalhadas além do horário estipulado no contrato de trabalho, serão remuneradas com adicional de 80% (oitenta por cento), do valor da hora contratual.

**Cláusula 18ª - Juízo Competente:**

As Varas do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região serão competentes para dirimir questões oriundas da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

**Cláusula 19ª - Licença Paternidade:**

Direito ao empregado, após o nascimento de seu filho de licença de 5 (cinco) dias, nos termos da Constituição Federal de 1988.

**Cláusula 20ª - Multa:**

Fixa-se multa no valor de 2% (dois por cento) do salário normativo, por infração e por empregado, no caso de violação das condições da presente Convenção Coletiva de Trabalho, com reversão do valor correspondente à parte prejudicada.

**Cláusula 21ª - Participação em Congressos e Outros Eventos:**

Serão concedidos aos médicos 5 (cinco) dias, consecutivos por ano, sem custeio pelos empregadores, para reciclagem e atualização profissional, participação em congressos, seminários ou outros eventos ligados a atividade científica, considerando como efetivo exercício, mediante comprovação e prévia concordância entre o empregado e empregador.

**Cláusula 22ª - Prorrogação, Revisão, Denúncia ou Revogação:**

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial da presente Convenção Coletiva de Trabalho ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da CLT.

**Cláusula 23ª - Quadro de Avisos:**

Fica estabelecido a afixação na empresa, de Quadro de Avisos, para comunicado de interesse dos empregados, vedado os de conteúdo político-partidário ou ofensivo.

**Cláusula 24ª - E-Social:**

Fica estabelecido que a empresa deverá remeter ao Sindicato Profissional, uma vez por ano, a relação dos empregados pertencentes a categoria através do e-Social.

**Cláusula 25ª - Reconhecimento dos Atestados:**

Reconhecimento pelas empresas que não possuem serviço médico próprio, dos atestados emitidos por entidades oficiais ou conveniadas.

**Cláusula 26ª - Refeição:**

O empregador fornecerá refeição gratuitamente ao médico plantonista que fizer jornada de trabalho de 8 (oito), 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) horas. A alimentação se dará no próprio local da prestação do serviço, quando a empresa tiver meios para tanto.

**Cláusula 27ª - Salário Substituto:**

Fica estabelecido que enquanto durar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído (Enunciado 159 do C. TST), sem considerar vantagens pessoais.

**Cláusula 28ª - Segurança no Trabalho:**

As empresas que mantenham médicos contratados em seus quadros deverão proporcionar segurança mínima de trabalho para o desempenho das suas funções.

**Cláusula 29ª - Vestimentas, Equipamentos ou Instrumentos de Trabalho:**

Fica estabelecido que o empregador ficará obrigado a fornecer gratuitamente ao médico, equipamento de proteção individual, bem como roupas especiais quando as condições técnicas o exigirem, ou uniformes, se da exigência dele, bem como os instrumentos e aparelhos de trabalho indispensáveis ao bom desempenho de suas funções.

**Cláusula 30ª - Vigência e Abrangência:**

A presente convenção coletiva de trabalho terá vigência de 1 (um) ano, com início em 1º de setembro de 2025 e término em 31 de agosto de 2026. Abrangendo as cidades de: Mirassol, Monte Aprazível, Nova Granada, Neves Paulista, José Bonifácio, Potirendaba, Tanabi, São José do Rio Preto.

Ribeirão Preto, 24 de outubro de 2025.

**SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**  
**Dra. MERABE MUNIZ DINIZ CABRAL - Presidente**  
**CPF nº 022.016.851-26**

**SINDICATO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS**  
**FILANTRÓPICOS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO**  
**TONY GRACIANO - Presidente**  
**CPF nº. 341.225.086-49**